



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012159-16.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Remoção**
 Impetrante: **Sindicato dos Servidores Públicos e Autárquicos Municipais de São Carlos Sindispam**
 Impetrado: **Airton Garcia Ferreira e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pelo **SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS E AUTÁRQUICOS MUNICIPAIS DE SÃO CARLOS – SINDISPAM**, contra ato do Sr. Prefeito Municipal de São Carlos, agente político integrante da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**, objetivando seja declarada a nulidade da Portaria 768 de 19 de outubro de 2017, que trata da Remoção, Permuta e Atribuição de Turmas, Classes e/ou Aulas nas Unidades Escolares do Município, pois regulamenta e cria regras em relação às quais a legislação municipal não determinou a regulamentação. Em sede liminar, requer seja declarada a suspensão dos efeitos da Portaria, até ulterior decisão.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 13/95.

Pela decisão de fls. 109/110 foi indeferida a liminar.

Vieram as informações (fls. 119/128), nas quais se afirma que a impetrante não possui o direito alegado. Sustenta que a Secretaria de Educação do Município utiliza a portaria como instrumento legal há mais de 20 anos, para organizar o processo de remoção, permuta, turmas, classes e/ou aulas na rede municipal de ensino e que o formato pela qual, atualmente, está estruturada em seus artigos, incisos e alíneas, cinge-se ao cumprimento à sua Política Municipal de Educação, que tem como fundamento e objetivo basilar o regramento de que a educação básica pública deverá atender prioritariamente ao ensino regular, coadunando também com as disposições trazidas pela Lei Federal nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e a Base da Educação Nacional c/c a Lei Municipal nº 13.889 de 18 de outubro de 2006. Por fim, sustenta que, de acordo com o artigo 26, I, da Lei Municipal nº 13.889/2006, quando ocorrer de uma unidade escolar ter mais professores efetivos do que sala regular, o professor deverá entrar em remoção compulsória e escolher uma nova sede de exercício e que é justamente o que está ocorrendo atualmente nas unidades

1012159-16.2017.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

escolares.

O impetrante se manifestou às fls. 140/142 acerca das informações prestadas pela autoridade coatora, reiterando, em suma, os termos da inicial, pela declaração da nulidade da Portaria nº 768/17.

O Ministério Público declinou de se manifestar sobre o mérito objeto do presente mandado de segurança, por estar ausente o interesse público (fls. 145/147).

É o relatório.

Fundamento e decidido.

Primeiramente, nos termos do disposto no inciso II do artigo 7º da Lei 12.016/2009 admito o ingresso ao feito, do Município de São Carlos, como assistente litisconsorcial. Anote-se.

A denegação da segurança é medida que se impõe, pois ausente o alegado direito líquido e certo da impetrante.

No caso em questão, discute-se a legalidade dos critérios/requisitos estabelecidos na Portaria nº 768/2017 em relação à remoção da sede de exercício dos docentes por meio de permuta e a perda da “sede de exercício” das atividades profissionais desenvolvidas pelos professores da rede municipal de ensino que já possuem mais de 02 anos de efetivo exercício na rede em virtude de remoção compulsória.

Em relação à remoção compulsória, verifica-se que a remoção compulsória dos docentes foi efetivada com a observância dos critérios estabelecidos na Lei Municipal nº 13.889/2006, bem como na Portaria 768/2017, aplicados indistintamente aos professores, caso haja redução do número de cargos na unidade escolar, começando a remoção pelo docente com menor pontuação. Portanto, não há de se falar em violação de direito líquido e certo, pois o impetrante, representando todos os servidores, deve submeter-se às normas legais administrativas baixadas com base em estrita observância à lei, e que são editadas com a finalidade de distribuir os servidores de modo equânime, de acordo com a necessidade do serviço.

Dispõe a Lei Municipal nº 13.889 de 18 de outubro de 2006, em seu artigo 26, inciso I:

“artigo 26: A remoção da sede de exercício dos docentes entre as unidades escolares da rede de ensino municipal dar-se-á:


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

I - compulsoriamente, no caso de haver redução do número de cargos na unidade escolar, começando a remoção pelo docente com menor pontuação.

Como bem salientou o impetrado (fls. 119/128), o docente que é removido compulsoriamente "perde" sua sala na unidade escolar onde tinha sede, pois o número de salas regulares era menor que o número de professores e, em princípio, retorna à Secretaria Municipal de Educação, mas a ele é oferecida nova sala regular em outras unidades escolares que têm turmas, classes e/ou aulas regulares e a remoção ocorre individualmente.

No mais, os atos administrativos devem sempre visar ao interesse social ou coletivo. Não obedecendo esses parâmetros, o ato será considerado nulo, por desvio de poder ou finalidade.

No presente caso, a Administração Pública, a fim de atender às necessidades do Sistema de ensino do município, seguindo os critérios de conveniência e oportunidade, tem a discricionariedade de remanejar os funcionários, não havendo ilegalidade passível de anulação nessa conduta, pois o interesse público predomina sobre o interesse particular da impetrante.

Não é por demais dizer que a administração pública, no caso em exame, agiu dentro de seu poder discricionário.

Conforme leciona Hely Lopes Meirelle:

"Os direitos do titular do cargo restringem-se ao seu exercício, às prerrogativas da função e ao subsídio ou aos vencimentos e vantagens decorrentes da investidura, sem que o servidor tenha propriedade do lugar que ocupa, visto que o cargo é inapropriável pelo servidor. (...) O servidor poderá adquirir direito à permanência no serviço público, mas não adquirirá nunca direito ao exercício da mesma função, no mesmo lugar e nas mesmas condições, salvo os vitalícios, que constituem uma exceção constitucional à regra estatutária. O poder de organizar e reorganizar serviços públicos, de lotar e relotar servidores, de criar e extinguir cargos, é indisponível da Administração, por inerente à soberania interna do próprio Estado." (Hely Lopes Meirelle, "Direito administrativo brasileiro", 24a ed., São Paulo: Malheiros, 1.999, cap. VII, p. 377-8). G.n.

Neste sentido já decidiu o E. Tribunal de Justiça de São Paulo:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Apelação Cível. Mandado de Segurança. Pretensão da recorrente, professora da rede estadual, de anular ato da Administração que determinou sua lotação em outra unidade escolar. Impossibilidade. Recurso não provido. Sentença mantida. — "Em sede de Direito Administrativo prevalece, como regra, o entendimento de que o servidor, embora detentor do cargo, não detém o direito de permanência no mesmo posto de trabalho. A regulamentação constante de decretos erigidos para esse fim, com validade interna corporis, busca — segundo critérios de conveniência e oportunidade da Administração — permitir, sempre que possível, acomodar situações e situar os docentes em locais mais próximos e convenientes para estes, desde que tal situação se harmonize com o interesse maior do Poder Público. Não se erige, pois, em direito individual público subjetivo, de modo a postar-se ou sobrepor-se ao direito coletivo da comunidade. (Apelação nº 71.032.5/9, 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, Rel. Des. Rui Stoco, julgado em 05 de maio de 1999). G.n.

Em relação às regras criadas pela Portaria para a remoção por permuta, mostra-se absolutamente possível a aplicação da Portaria municipal mencionada, não se vislumbrando, na hipótese, ilegalidade ou inconstitucionalidade de referido ato administrativo, já que não colide com a lei editada pelo poder público, tendo a função apenas de melhor explicita-la.

Portanto, a denegação da ordem é medida de rigor.

Ante o exposto, **DENEGO A SEGURANÇA** pretendida e **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido deduzido por *SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS AUTÁRQUICOS MUNICIPAIS DE SÃO CARLOS - SINDSPAM*, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Sem honorários advocatícios.

P. I.

São Carlos, 08 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**